


Zimbra

licitacao@cmspa.rj.gov.br

**Fwd: Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 90012/2025 - CATIAEREA
AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA**

De : licitacao@cmspa.rj.gov.br

qui., 10 de jul. de 2025 14:42

Assunto : Fwd: Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº
90012/2025 - CATIAEREA AGÊNCIA DE VIAGENS
LTDA 4 anexos**Para :** Departamento de Compras
<compras@cmspa.rj.gov.br>

De: "Comissão de Licitação" <licitacao@cmspa.rj.gov.br>**Para:** "procuradoriageralcmspa" <procuradoriageralcmspa@gmail.com>**Enviadas:** Quinta-feira, 10 de julho de 2025 14:24:41**Assunto:** Fwd: Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 90012/2025 - CATIAEREA
AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA

De: catiaereallicitacao@gmail.com**Para:** "Comissão de Licitação" <licitacao@cmspa.rj.gov.br>**Cc:** "CatiAérea - Agência de Viagens" <catiaereaviagem@gmail.com>**Enviadas:** Quarta-feira, 9 de julho de 2025 22:44:16**Assunto:** Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 90012/2025 - CATIAEREA
AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

**Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia – RJ
UASG 930899**

À**Comissão Permanente de Licitação**

Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia – RJ

E-mail: licitacao@cmspa.rj.gov.br

CATIAEREA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº
29.305.003/0001-15, neste ato representada por seu responsável legal, por
procuração vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 164 da **Lei nº**
14.133/2021, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

referente ao **Pregão Eletrônico nº 90012/2025**, Processo Administrativo nº 354/2025,
tendo como fundamento a presença de **exigências ilegais, desproporcionais e**

abusivas no que se refere à **qualificação econômico-financeira e técnica**, comprometendo a **legalidade**, a **ampla competitividade**, e a **eficiência** do certame.

I. DAS EXIGÊNCIAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS ILEGAIS E RESTRITIVAS

O Edital em questão impõe um verdadeiro **rol de barreiras cumulativas**, ao exigir:

- Três índices (Liquidez Geral, Corrente e Solvência Geral) superiores a 1;
- Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor estimado;
- Capital Circulante Líquido de no mínimo 16,66%;
- Capital social ou patrimônio mínimo de 3% como critério subsidiário.

Tais exigências **violam frontalmente o artigo 69 da Lei nº 14.133/2021**, que prevê que a Administração poderá exigir, **alternativamente, capital social mínimo ou patrimônio líquido até o limite de 10% do valor estimado da contratação**. O edital, ao **cumulá-los sem qualquer justificativa técnica no Termo de Referência**, cria uma **barreira artificial à participação de empresas regulares** e **viola os princípios da isonomia, da proporcionalidade e da legalidade**.

Não há respaldo legal para exigir simultaneamente todos esses parâmetros, e a **ausência de critério técnico claro para tal imposição configura vício grave**, com potencial de **anular o procedimento licitatório** e comprometer o interesse público.

II. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DESPROPORCIONAIS E INJUSTIFICADAS

A exigência de comprovação de **10.000 transações de serviços de viagens em 24 meses**, somada à obrigação de adoção de **plataforma de autoatendimento (self-booking)** e à necessidade de **credenciamento na IATA**, constitui medida **manifestamente desproporcional, sem amparo legal ou técnico no Termo de Referência**.

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu artigo 67, impõe que a comprovação da qualificação técnica se limite à demonstração de capacidade **compatível e proporcional à complexidade do objeto**. Exigir 10.000 transações é desarrazoado e fere o art. 14 da mesma lei, que exige a estruturação do edital com **observância ao planejamento prévio e ao interesse público**.

Além disso, a obrigatoriedade de uso de **sistema próprio** ou de credenciamento na **IATA restringe o mercado injustificadamente**, excluindo empresas que prestam os serviços de forma regular e eficaz, por meio de consolidadoras e ferramentas terceirizadas — prática amplamente aceita e comum no segmento.

Sem qualquer justificativa técnica, tais exigências não são apenas ilegais — são **direcionadoras e inconstitucionais**.

III. DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A imposição de critérios desproporcionais e a ausência de previsão clara de tratamento favorecido à **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos dos artigos 42 a 49 da **LC nº 123/2006**, **restringe o acesso de empresas de menor porte**, em flagrante afronta ao que determina a Constituição Federal (art. 170, inciso IX e art. 37, XXI).

Toda e qualquer exigência editalícia deve ser **necessária, pertinente e adequada** ao objeto, sob pena de nulidade do procedimento licitatório, conforme expressa a Lei nº 14.133/2021.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a esta Comissão:

1. **A imediata revisão das exigências econômico-financeiras**, devendo o edital limitar-se à previsão de capital social ou patrimônio líquido de forma **alternativa**, até o limite legal de 10%, nos termos do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021;
2. **A exclusão da exigência de 10.000 transações e da obrigatoriedade de sistema self-booking**, admitindo comprovação técnica compatível com o objeto, mediante atestados operacionais comuns no segmento;
3. **A retirada da exigência de credenciamento na IATA**, exceto se apresentada **justificativa técnica expressa no Termo de Referência**;
4. **A reformulação imediata do edital** com republicação, de forma a garantir a **ampla participação** e o **pleno atendimento aos princípios constitucionais e legais**;
5. **A suspensão da sessão pública**, caso o acolhimento da presente impugnação ocorra em prazo hábil, até a devida correção do instrumento convocatório.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Atenciosamente,

Alex Camargo

Gestor de Licitações e Contratos
CRA/MG 01-070145/D
(41) 999280689



 **PROCURAÇÃO_ALEX_CAMARGO_CATIAÉREA.pdf**
194 KB

 **CNH-e EDSON 19.07.32.pdf**
285 KB

 **REGISTRO_EMPRESARIAL_ULTIMA_ALTERACAO.pdf**
3 MB
